

ICMBio

Edição 490 - Ano 11 - 19 de outubro de 2018

em foco

Cepene comemora 35 anos

PÁGINA 8

Jovens de reservas extrativistas são os mais novos técnicos florestais

PÁGINA 10

Programa de Agroextrativismo intensifica ações voltadas à agricultura familiar

PÁGINA 3



Oficina consolida Protocolo de Impactos Ambientais

Entre os dias 8 e 10 de outubro, o ICMBio promoveu a 3ª Oficina para Elaboração do Protocolo de Avaliação de Impactos Ambientais. O evento, realizado em Brasília, reuniu diversos representantes de unidades de conservação (UCs), coordenações regionais e centros de pesquisa do ICMBio.

A Coordenação-geral de Avaliação de Impactos (CGIMP) identificou a necessidade de criar um protocolo padrão que subsidie a emissão dos pareceres elaborados pela área técnica, buscando qualificar e dar objetividade e celeridade ao processo de avaliação de impactos ambientais. A construção do protocolo já contou com duas oficinas, realizadas em julho e agosto, também em Brasília. Esse terceiro e último encontro representa a etapa de consolidação das contribuições recebidas e de aprimoramento da versão final do Protocolo de Avaliação de Impactos Ambientais.

CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

O ganho institucional da elaboração do documento foi o processo de construção participativa, envolvendo três diferentes tipologias de empreendimentos (terrestre, marinho-costeiro e linear), nove estudos de caso e a contribuição de quase cem colaboradores de diferentes áreas do ICMBio e da Administração Pública.

Segundo a analista ambiental Andréa Ribeiro, colaboradora na terceira oficina, “o protocolo é uma ferramenta que sistematiza a análise técnica ao estabelecer uma sequência de passos que considera os estudos apresentados e as normas e instrumentos de gestão disponíveis para a UC afetada. Sua aplicação na elaboração da Autorização para Licencia-

mento Ambiental busca dar mais objetividade às análises técnicas, incluindo de forma efetiva a avaliação de compatibilidade da atividade/empreendimento”.

PROGRAMA DE MELHORIA DE GESTÃO

O Protocolo de Avaliação de Impactos Ambientais é uma das metas do Programa de Melhoria de Gestão do ICMBio. “A proposta é automatizar o processo até o fim de 2019. Já estamos articulados com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que proporcionará a conversão do Protocolo de Avaliação de Impactos em ferramenta digital na Plataforma de Cidadania Digital ainda este ano”, ressalta Fernanda Bucci, coordenadora-geral de Avaliação de Impactos.

“A expectativa é de que até o final de 2020 as emissões de Autorização para o Licenciamento Ambiental sejam feitas inteiramente cumprindo os requisitos criados por meio do protocolo, de acordo com a normativa que regulamentará o processo, envolvendo outros órgãos e esferas da Administração Pública. Busca-se, principalmente, tornar mais eficaz o processo de emissão das autorizações, bem como qualificar as condições específicas propostas”, enfatiza Marcelo Marcelino, diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (Dibio).



Elaboração do protocolo foi marcada pela participação de diversas pessoas

Acervo ICMBio

Programa de Agroextrativismo intensifica ações voltadas à agricultura familiar



Iniciativa contribui para desenvolvimento da região do entorno da Flona do Tapirapé-Aquiri

A Floresta Nacional (Flona) do Tapirapé-Aquiri (PA) está avançando no desenvolvimento de ações previstas no cronograma executivo do seu programa de agroextrativismo. Durante este semestre, têm sido realizadas as etapas de preparo de sementes nos campos de multiplicação, mecanização agrícola, capacitações e intercâmbio de conhecimentos sobre os Sistemas Agroflorestais (SAFs) a serem implantados no início do próximo ciclo chuvoso.

Entre os incentivos técnicos, operacionais e de sensibilização ofertados, destaca-se o intercâmbio realizado em Tomé-Açu, município de referência nacional em sistemas agroflorestais, de 2 a 5 de outubro. No evento, que contou com a participação de cerca de 30 pessoas, entre agricultores, conselheiros da unidade, parceiros e voluntários, foram realizadas visitas técnicas em propriedades com diferentes estágios de SAFs, associações de pequenos agricultores familiares, micro indústrias e agroindústria de grande porte, visando a troca de experiências, o estímulo e a motivação necessária para adesão a práticas sustentáveis de produção rural.

Com suporte da Embrapa, foram ofertados minicursos voltados à adubação orgânica, defensivos naturais, compostagem, técnicas de podas, enxertia e tratos culturais, entre outros. Rodas de diálogo transformadoras fo-

ram realizadas, com rica troca de experiências que subsidiarão a melhoria dos processos que já são realizados.

Para José Romão, agricultor atendido pelo projeto no entorno da Flona, a oportunidade serviu como alicerce fundamental para entender a consociação de culturas (técnica agrícola de conservação que visa um melhor aproveitamento do solo a longo prazo), além de afirmar a disponibilidade do ICMBio como parceiro da comunidade local, visando seu desenvolvimento socioeconômico saudável.

Já o agricultor José Divino, do entorno da Reserva Biológica do Tapirapé, afirmou que a experiência tratou de algo único e especial que ele levará para multiplicação na comunidade onde vive. O gestor da Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado, Vitor Garcia, destacou a agregação de valor ao público envolvido mediante o elevado ganho de conhecimentos.

André Macedo, gestor da Flona, avalia que a atividade foi de grande importância por permitir que os agricultores da entorno do Mosaico de Carajás conhecessem as experiências de Sistemas Agroflorestais desenvolvidos pelas famílias camponesas de Tomé Açu. O diálogo direto de agricultor para agricultor reforça a confiança e a adesão às práticas agroecológicas difundidas pelo Programa de Agroextrativismo da Flona do Tapirapé-Aquiri.

Ainda estão previstas a realização de dias de campo, o plantio das culturas anuais biofortificadas e a implantação dos SAFs, inicialmente com o consórcio de açaí com cacau ou cupuaçu, banana e essências florestais, além de curso de cooperativismo/associativismo de forma a fortalecer a organização social das comunidades envolvidas.

A atividade contou com suporte financeiro da Salobo Metais, via recurso de compensação ambiental.

Parna do Pico da Neblina integra planejamento com Terras Indígenas

O Plano de Manejo do Parque Nacional (Parna) do Pico da Neblina (AM), em processo de elaboração de acordo com a nova abordagem institucional para o instrumento, já apresenta aspectos importantes de inovação ao estabelecer sua integração com os planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das quatro Terras Indígenas sobrepostas e justapostas com os limites da unidade de conservação. Inserido em um dos maiores contínuos de áreas protegidas da Amazônia e do mundo, em território recentemente reconhecido como Sítio Ramsar de Áreas Úmidas, o Parna está reescrevendo seu propósito de criação ao fortalecer a proteção de paisagens mais amplas e a governança das Terras Indígenas da Bacia do Rio Negro.

Logo após a realização da oficina de planejamento participativo que definiu as prioridades de gestão territorial para o parque, uma equipe de servidores do Instituto Chico Mendes – composta pela gestora da UC, Luciana Uehara, seu antecessor Flávio Bocarde (Cepam), Carlos Felipe Abirached (APA de Caiuru) e Iara Vasco (CNPT) – acompanhou a V Assembleia Geral Regional da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), que avançou na validação das propostas para os PGTAs das Terras Indígenas Cué-Cué Marabitanas e Balaio.

Durante o evento, realizado entre os dias 26 e 29 de setembro na comunidade indígena de Juruti, representantes indígenas de 11 etnias – organizadas em nove associações – apontaram a proteção territorial e a geração de renda como suas principais demandas, coincidindo com as prioridades indicadas na oficina do plano de manejo.

Luciana Uehara ressalta que a governança para a implementação do plano de manejo implica assegurar a participação do ICMBio nos fóruns de organização, debate e decisão das comunidades indígenas, articulada com o protagonismo do Conselho Gestor do parque

nesse processo. Nesse sentido, além da parceria com a Funai em São Gabriel da Cachoeira (AM), a gestão do Parque Nacional vem articulando com a FOIRN e o Instituto Socioambiental (ISA) a integração dos documentos de planejamento territorial e ambiental das áreas protegidas envolvidas.

RECONHECIMENTO

Este processo é o primeiro a concretizar o art. 57 da Lei do SNUC articulado com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) na sua interface com unidades de conservação. De acordo com a avaliação da equipe de servidores especialistas que apoiam a elaboração do plano de manejo, ele apresenta enorme potencial de constituir-se referência para dezenas de casos de sobreposição territorial no País. Essas experiências de gestão integrada implementadas pela UC vêm sendo reconhecidas nos últimos anos: em duas edições do Seminário de Boas Práticas do ICMBio (2016 e 2017) e em setembro de 2018, pela IUCN, no Seminário Boas Práticas de Gestão Integrada de Áreas Protegidas no Bioma Amazônico, realizado no Peru.

Outro exemplo dessa integração é o Plano Yaripo, que organiza a visitação no Pico da Neblina, protagonizado pelo povo Yanomami em parceria com a gestão da unidade, Funai, FOIRN e ISA. O documento foi aprovado pelo ICMBio e transformou a relação anterior de conflito dos indígenas com a unidade, criando condições favoráveis de diálogo para adesão do conjunto das outras 13 etnias para a elaboração participativa do seu plano de manejo.

O próximo passo é pactuar com as representações dos povos das Terras Indígenas envolvidas as ações integradas do plano de manejo do parque com seus PGTAs. Os temas relacionados à valorização do amplo conhecimento tradicional associado ao território e à biodiversidade, à proteção dos lugares sagrados e ao turismo de base comunitária fo-

ram destacados como prioridades pelos povos indígenas na Assembleia realizada pela FOIRN e fortalecem as possibilidades de se constituir uma aliança institucional estratégica para a conservação ambiental e cultural de paisagens mais amplas neste vasto território transfronteiriço da maior bacia de águas pretas do planeta.



Representantes do ICMBio na V Assembleia Geral Regional da FOIRN

Comunidades do entorno visitam Caverna Furna Feia

Moradores do entorno do Parque Nacional da Furna Feia (RN) participaram em setembro de quatro visitas à Caverna Furna Feia, localizada na unidade de conservação (UC). Os encontros foram promovidos pelo Conselho Consultivo por meio do Projeto de Turismo de Base Comunitária (TBC) no Entorno do parque.

A iniciativa, resultante do III Ciclo de Gestão Socioambiental e executado pela Câmara Temática de Educação Ambiental do conselho consultivo, já realizou duas oficinas com o tema e visitas com as comunidades do Sítio Coqueiro, de Montana dos Carajás, da Vila Nova II e do Recanto da Esperança. No total, a Furna Feia recebeu 50 comunitários até o momento, com o objetivo de conhecer o principal atrativo do parque e informações sobre o processo de criação, a importância da preservação da biodiversidade da Caatinga e das cavernas e também exercitar a interpretação ambiental do percurso, buscando identificar



o que a UC tem de simbólico que “toca o coração” de quem o visita.

Hosana Pereira, de 67 anos, moradora da Vila Nova II, ressaltou: “Agradeço a Deus e a vocês que me trouxeram aqui. Para mim foi ótimo! Meu avô falava da Furna Feia e eu nunca imaginei nem para que lado ficava. Estou feliz demais e estou convocando a vocês, esses jovens, que se engajem mais, que estudem nesses cursos para que tenham um começo na vida, né?”

Após as visitas, o próximo passo é a realização de reuniões de sensibilização para identificação do que já existe em cada comunidade que pode ser trabalhado no TBC e quais as demandas de capacitações. Outras comunidades também serão convidadas para novas visitas, que serão agendadas na próxima reunião da Câmara Temática de Educação Ambiental.



Visitas fazem parte do Projeto de Turismo de Base Comunitária

Renato Marlei

ICMBio participa de curso de Combate ao Tráfico de Vida Selvagem

Entre os dias 24 de setembro e 5 de outubro, cinco brasileiros participaram do "Programa de Investigação de Tráfico de Vida Selvagem", realizado na Academia Internacional para el Cumplimiento de la Ley (ILEA San Salvador) e organizado pelo governo americano. O ICMBio foi representado por Edilson Esteves, analista ambiental do Parque Nacional do Iguaçu (PR).

A delegação brasileira contou, ainda, com um agente de fiscalização do Ibama e três policiais militares que atuam em batalhões ambientais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Também estavam presentes policiais, guarda-parques, promotores e juízes de outros sete países: Belize, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Peru e El Salvador. As atividades foram conduzidas por instrutores do Fish and Wildlife Service (FWS), organização do governo dos Estados Unidos.

Com o objetivo de aumentar e intensificar a rede de contato entre instituições e servidores que atuam no combate à caça ilícita de fauna silvestre e o consequente combate ao tráfico de flora e fauna, o curso abordou temas como espécies ameaçadas; CITES e dados do comércio de vida selvagem; identificação de vida selvagem; iniciação e gestão de casos; evidência digital; processamento de cena forense e crime; vigilância; operações encobertas; lavagem de dinheiro; entrevista;

ética e corrupção; elaboração de relatórios e preparação judicial.

Os alunos tiveram a oportunidade de trabalhar em um cenário envolvendo comércio ilegal de ovos de tartarugas, quando tiveram contato com coleta de informações, entrevista, reconhecimento, busca veicular, coleta de dados em campo e busca e apreensão. A programação contou, ainda, com a soltura de cerca de 50 tartarugas marinhas oriundas de um trabalho comunitário que tem contribuído para a redução do consumo de ovos de tartarugas.

Para Esteves, o curso representou a possibilidade de agregar às ações de fiscalização técnicas para subsidiar cada vez mais os colegiados de julgamento de auto de infração, assim como fornecer dados para os encaminhamentos efetuados ao Ministério Público Federal nas apurações de crimes contra a fauna e flora. Ele observou, ainda, que mesmo com todas as dificuldades encontradas no combate aos ilícitos ambientais, as capacitações oferecidas pela Coordenação-geral de Proteção estão em consonância com as práticas mundiais no combate a esses tipos de ilícitos.

"Ficou evidente que o tema continua sendo uma problemática mundial. A falta de reconhecimento dos serviços desenvolvidos no combate à caça e ao tráfico de fauna e flora, associada à pouca valorização das instituições que estão à frente do tema, constitui um entrave a resultados mais promissores", afirmou.



Acervo pessoal Edilson Esteves

Parna de Ilha Grande realiza ação inédita de manejo do fogo

O Parque Nacional de Ilha Grande (PR/MS) é conhecido por seus grandes incêndios florestais que algumas vezes chegaram a consumir até 80% de sua área. Mas agora a equipe do ICMBio promete virar esse jogo com uma nova estratégia. No mês de setembro, uma equipe de 20 brigadistas e parceiros concluiu a terceira etapa de manejo do fogo de uma área de 16 hectares na ilha Ivaí, localizada no norte do arquipélago da unidade de conservação (UC).

O fogo é parte integrante e natural de diversos ecossistemas no mundo, incluindo as várzeas do rio Paraná onde fica localizado o parque. Apesar disso, políticas de exclusão do fogo, ou de "fogo zero", predominaram no Brasil ao longo de décadas. Em áreas onde o fogo faz parte da dinâmica do ecossistema, a tentativa de sua exclusão tende a não ser eficiente nem adequada tendo em vista que gera acúmulo de biomassa e material combustível que propicia a ocorrência de incêndios em grandes extensões, especialmente no final da estação seca, causando graves prejuízos ecológicos e gerando altos custos, com baixa eficiência de combate.

No parque, o uso do fogo de forma manejada teve início em julho deste ano. Para seu sucesso foram utilizadas diversas técnicas de segurança e controle, tais como abertura de aceiros na borda da mata ciliar para proteger a vegetação nativa, divisão em parcelas para queima e observação quanto à umidade relativa, temperatura e vento, tudo afim de dosar o uso do fogo com geração de menor caloria com consequente redução da severidade das chamas.

Na avaliação do analista ambiental e responsável pelas Emergências Ambientais e Recuperação de Áreas Degradadas do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Rio Paraná, Tersio Abel Pezenti, esta primeira ação de manejo foi muito positiva. "Outro fator importante que não podemos deixar de lado é o pioneirismo do uso do fogo no interior do parque nacional como fator de manejo da vegetação para a recuperação da vegetação nativa", destacou Tersio, se referindo a um importante projeto de reflorestamento executado em parceria com o Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais e apoio do BNDES.

Além de diminuir a ocorrência de futuros incêndios, o manejo do fogo possibilitou a recuperação de uma das áreas degradadas do parque nacional. "O manejo do fogo facilitou o plantio e a manutenção das mudas. De agora em diante, será necessário realizar o monitoramento e garantir a manutenção para que as mudas possam sobressair e repovoar o trecho com espécies nativas da Mata Atlântica", explicou.



Vagner Feres
Equipe de brigadistas, pioneira do manejo do fogo no Parna de Ilha Grande

Cepene comemora 35 anos de criação

Em 1904, o local onde hoje é o Cepene serviu para a instalação de uma estação sanitária construída pelo Governo Federal. No local, permaneciam por 40 dias os navios com destino à Europa, em razão de epidemias de febre amarela, varíola e hanseníase que assolavam o Brasil. Os navios que vinham com imigrantes atracavam no porto de Tamandaré (PE), onde era realizada a triagem das pessoas portadoras da hanseníase e as sadias. As que se encontravam em bom estado de saúde eram liberadas, e, caso contrário, eram tratadas no Lazareto.

No início da década de 20, com o avanço dos trabalhos de Oswaldo Cruz na área da saúde e vacinação, as dependências do Lazareto foram doadas ao Ministério da Agricultura. À época, o objetivo era a correção educacional das crianças e jovens de Pernambuco, por intermédio do Patronato Agrícola João Coimbra, inaugurado em 5 de novembro de 1924. Ele funcionou até 1950 e, em 1951, teve início a Escola de Pesca de Tamandaré, com a chegada de equipamentos, recuperação dos antigos prédios e construção de novas estruturas.

A escola oferecia alojamento, alimentação, vestimentas e material didático e de higiene pessoal. A estrutura contava com as dependências de alojamentos, salas de aula e de recreação, palco para eventos, refeitório, cozinha, sala de marinaria, fábrica de gelo e frigorífico, carpintaria náutica, oficina mecânica, entre outros, além de 18 barcos para treinamento e pesquisa. Durante a existência da escola, foram formados 1.287 alunos, que atuaram profissionalmente em embarcações oceanográficas de pesquisa e em barcos de pesca. A Escola de Pesca tinha

participação direta na vida do povo de Tamandaré. Cinema, bailes, padaria, formaturas, tudo isso fazia parte do modo de vida de uma comunidade pequena e pacata.

Em 1981, foi criado o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro (PDP), vinculado à Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) - fruto de uma cooperação entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Seu objetivo era subsidiar e orientar os investimentos em frotas e instalações industriais para a pesca e aquicultura de recursos marinhos, estuarinos e de água doce. A partir daí, foi planejada a implantação dos novos centros de pesquisa, um em cada região do país (Cepnor, Cepene, Cepsul e Ceperg).

Assim, o Cepene foi criado no dia 11 de outubro de 1983 por meio de um convênio entre a Sudepe e o Ministério da Marinha. O Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste,

primeiro nome do Cepene, tinha como objetivo principal dotar a região Nordeste de uma unidade para coordenar e executar trabalhos de pesquisa e extensão pesqueira para o desenvolvimento do setor.

Com a extinção da Sudepe e a criação do Ibama em 1989, o Cepene, então renomeado Centro de Pesquisa e Gestão Pesqueira do Nordeste, integrou a estrutura dessa nova autarquia, executando pesquisas para a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros, do Maranhão até a Bahia, incorporando aspectos da conservação da biodiversidade.

Em 1995, foi iniciada a parceria entre o Cepene e o Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com estudos sobre a conservação dos recifes de coral da região. Essas pesquisas subsidiaram a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa dos Corais, em 1997, e, no ano seguinte, a parceria deu fruto ao Projeto Recifes Costeiros. Essa integração é a base para o desenvolvimento das pesquisas e ações de monitoramento e também para as atividades de capacitação e qualificação profissional. Neste ano de 2018, 4 mil pessoas participaram de eventos dessa natureza no centro de pesquisa.

Em março de 2015, já incorporado ao ICMBio, o Cepene teve seu escopo de atuação ampliado para a conservação da biodiversidade marinha e seu nome alterado para Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste. Atualmente, sua sede fica em Tamandaré e existem duas bases avançadas, uma em Itamaracá (PE), responsável pelas ações de preservação do peixe-boi marinho, e outra em Caravelas (BA), focada em atividades de conservação de manguezais do Nordeste brasileiro.

Os principais projetos em andamento no Cepene são monitoramento da pesca artesanal no mar; monitoramento da pesca no mangue; impactos da pesca de arrasto do camarão sobre a biodiversidade no litoral sul de Alagoas; monitoramento dos recifes de coral do Brasil (Reef Check Brasil); projeto experimental de monitoramento remoto da pesca artesanal na plataforma continental do sul de Pernambuco e norte de Alagoas (Projeto Radar); mapeamento, conectividade e proteção dos recifes profundos do arquipélago de Fernando de Noronha; caracterização de vertebrados marinhos sobre os montes submarinos da Bacia Potiguar; pesquisa ecológica de longa duração (PELD-Tamandaré); e Programa Peixe-boi Marinho.

Jovens de reservas extrativistas são os mais novos técnicos florestais

Trinta jovens das reservas extrativistas Alto Juruá, Alto Tarauacá, Cazumbá-Iracema, Chico Mendes e Riozinho da Liberdade (AC) acabam de se formar no curso Técnico Florestal. Durante um ano, os comunitários participaram de aulas presenciais na Escola da Floresta, em Rio Branco, e desenvolveram atividades em suas próprias comunidades.

O curso é resultado de um esforço conjunto dos gestores das unidades do ICMBio, da Escola da Floresta/Instituto Dom Moacyr, das secretarias estaduais de Educação e do Meio Ambiente e Floresta e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que possibilitou a criação do curso especificamente para jovens moradores de reservas extrativistas no Acre. “Esta conquista faz parte da luta conjunta do movimento social, do governo do estado do Acre e do ICMBio em alcançar educação de qualidade para os extrativistas”, afirmou Sabina Dessartre Mendonça, chefe da Resex Riozinho da Liberdade.

A partir da parceria entre as instituições, os gestores buscaram jovens interessados nas unidades de conservação (UCs) e, mesmo com os grandes desafios logísticos de enviar os estudantes de suas comunidades até a capital do estado, as aulas começaram. Foram módulos de curso intercalados com “tempos-comunidade”, durante os quais os alunos aplicaram e multiplicaram os conhecimentos adquiridos em suas comunidades. Eles também promoveram cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) nas suas comunidades em temas como agricultor agroflorestal, horticultor e agente de empreendimentos sociais. Apenas na Resex Riozinho da Liberdade, os nove jovens-estudantes realizaram seis cursos.

Maria Lenilde, da comunidade Periquito, relata que o curso Técnico em Florestas “foi importante porque trouxe conhecimentos sobre o lugar em que vivemos, o que é uma reserva extrativista e o que é morar ela. Pude conhecer e aprender mais sobre a floresta, a

importância dela para nossas vidas, as riquezas que temos e que precisam ser preservadas, protegidas, manejadas e utilizadas de maneira correta, sustentável e consciente para que as gerações futuras desfrutem do mesmo benefício que hoje desfrutamos”.

Lázaro da Silva, que aplicou o curso FIC de Horticultor Orgânico na Vila Maurício Mapes, afirmou: “O curso foi de suma importância para a comunidade e para mim porque passei meus conhecimentos e eles passaram os conhecimentos deles. Já está com três meses que eu terminei de aplicar o curso e até hoje os moradores têm suas hortas em casa. Antes, poucas pessoas tinham hortas. Agora quase todos têm.”

A formação foi finalizada com a prática de estágio em diferentes instituições parceiras. O encerramento contou com uma festa com representantes de todos os órgãos envolvidos, com a formatura na Universidade Federal do Acre (Ufac).



Acervo ICMBio



UNA Itaituba combate garimpos ilegais em parceria com a Força Aérea Brasileira

Durante a Operação Cathartes, que aconteceu de 12 de setembro a 3 de outubro, a equipe do Serviço Técnico I (Proteção) da UNA Itaituba deu início a ações aéreas de combate à mineração ilegal no interior das unidades de conservação sob influência da BR163. O trabalho foi possível em razão do Termo de Execução Descentralizada (TED) assinado entre o Instituto Chico Mendes e a Força Aérea Brasileira (FAB), objetivando a garantia de missões com apoio aéreo e logístico no combate a incêndios e ações de fiscalização.

Antes da assinatura do TED, muitos ilícitos ambientais não podiam ser combatidos devido à impossibilidade de acesso às áreas utilizando as vias terrestre e fluvial, uma vez que a maioria dos garimpos com atividade recente está localizada em áreas remotas. O primeiro acionamento do TED para uma ação de fiscalização possibilitou três dias de intenso trabalho de campo.

A bordo do Black Hawk, os fiscais realizaram a inutilização de bens que somam R\$ 1.920.000 e incluem cinco escavadeiras hidráulicas, quatro caminhões caçamba, dois geradores, cinco motores estacionários, um moinho para Trituração de rochas, um almoxarifado repleto de peças mecânicas, entre outros equipamentos. Foram ainda embargados 148,94 hectares e somados R\$ 1.196.000 de multa em quatro unidades de conservação.

Na Floresta Nacional de Itaituba II foi desmobilizada uma empresa de mineração que operava desde 2014 e dispunha de grande estrutura no local, como bomba para abastecimento de combustível, almoxarifado, escritório e oficina mecânica com maquinário. O resultado final da Operação Cathartes, que também contou com incursões terrestres de combate a invasões no Parque Nacional da Amazônia e garimpos e desmatamentos na Floresta Nacional do Jamanxim, foram de mais de R\$ 4 milhões em multas, inutilização de bens no valor de R\$ 1.940.000 e embargo de 978 hectares.

Acervo UNA Itaituba



Costa dos Corais realiza oficina de planejamento participativo para revisão do plano de manejo

Entre os dias 17 e 21 de setembro, o NGI ICMBio Costa dos Corais realizou a Oficina do Plano de Manejo (OPM) da Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa dos Corais (AL/PE). O evento foi realizado no Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene), em Tamarandaré (PE), e foi conduzido pela equipe da Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (Coman), com financiamento dos projetos Toyota APA Costa dos Corais e GEF-Mar.

O processo de revisão do plano de manejo da APA teve início em julho de 2017 e, desde então, foram realizadas 37 oficinas setoriais, quatro oficinas regionais e a OPM, totalizando cerca de 2 mil pessoas envolvidas. Além das reuniões, foram promovidas nove expedições de campo, somando cerca de 150 mergulhos, com o objetivo de coletar dados para o zoneamento da unidade de conservação (UC).

Os participantes da oficina do plano de manejo foram eleitos a partir dos encontros regionais e do Conselho Gestor, de forma a possibilitar um equilíbrio entre os setores da sociedade, trechos da UC e os diferentes saberes, conferindo legitimidade e representatividade à oficina. O grupo trabalhou intensamente durante toda semana, construindo de forma coletiva o novo plano de

manejo. Participaram, ainda, como observadores, representantes de outras UCs (reservas extrativistas Marinha Lagoa do Jequiá/AL e Canavieiras/BA e a APA Delta do Parnaíba/CE/PI/MA), da Administração de Parques Nacionais da Argentina, Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Toyota do Brasil e Projeto TerraMar.

Segundo o chefe do NGI Costa dos Corais, Iran Normande, "a oficina transcorreu de forma tranquila, com discussões maduras e participantes imbuídos da missão de construir um plano de manejo voltado à conservação da biodiversidade, mas sem deixar de lado a sustentabilidade econômica das populações beneficiárias da APA. Prova disso é a grande ampliação das zonas de preservação em ambientes de recifes de coral, saltando de cerca de 800 hectares no plano atual para 8.000 (ampliação de 1.000%) na proposta de zoneamento aprovada."

Para Carina Abreu, da Coman, "foi um processo muito produtivo. As oficinas prévias e expedições de campo agregaram informações imprescindíveis para o bom andamento da oficina, que teve participação qualificada dos atores sociais e setores interessados. Estou muito orgulhosa do trabalho da equipe da APA e satisfeita com os resultados da oficina."



Bárbara Pinheiro





RELATOS

A série de relatos de servidores, divulgada em comemoração ao Dia do Servidor Público (28), apresenta nesta semana um pouco da história de Rogério Machado, que atua na área de Educação Ambiental, no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais (Cepta). Após 11 anos como analista ambiental do ICM-Bio e do Ibama, Rogério é otimista com a mudança de cultura da sociedade.



"Trabalhar na área ambiental é como navegar no mar, nada é certeza absoluta."

Sempre gostei de estar em ambientes naturais como cachoeiras e trilhas, pescar com meu tio padrinho e andar pela mata nativa quando visitava o litoral de São Paulo. Eu morava em Ribeirão Preto (SP), onde já à época pouco restava de vegetação nativa e os arredores eram tomados pela cana-de-açúcar. E não me agradava em nada esse ambiente. Me lembro também que, no início da década de 90, o País passava por grandes mudanças depois do retorno da democracia e concomitantemente eu queria definir uma carreira a seguir com o intuito de entrar numa universidade.

Coincidentemente, nesse período o País recebeu a Eco-92. Houve grande agitação nas mídias, muito se falava em temas ambientais, na poluição das cidades, na caça às baleias, salvar a Mata Atlântica e a Amazônia, entre outras inúmeras bandeiras. Outro fato que me chamou a atenção foi observar a grande quantidade de líderes mundiais e pessoas engajadas com o tema desembarcando por aqui. Achei aquilo tudo muito bacana e inspirador. Temas como Agenda 21, Desenvolvimento Sustentável, Diversidade Biológica, Mudanças Climáticas, Populações Tradicionais e Biopirataria me ajudaram a definir e escolher a carreira ambiental. Foi quando em 1994 ingressei em Ecologia, na Unesp-Rio Claro.

O curso era muito abrangente, exigente, com várias disciplinas com saídas a campo e como tinha também uma parte socioambiental, ao fim do curso defini meu caminho, que foi e é até hoje, a Educação Ambiental. O que me motiva a trabalhar na área é a necessidade de sempre tive de dialogar com as pessoas dos mais diversos níveis socioeconômicos e culturais sobre a importância de amarmos e cuidarmos da nossa rica biodiversidade, não só de seres vivos, mas também de paisagens, cultura e história. Tento incessantemente demonstrar que, com o auxílio de inúmeros conhecimentos que adquiri ao longo desses 26 anos, sem uma relação harmônica entre a humanidade e todo o planeta, não prosperaremos e sofreremos péssimas consequências devido à falta de pensamento crítico de toda a sociedade.

Nesse sentido, para valorizar o trabalho de quem luta pela preservação, acredito que o

principal obstáculo é a falta de ensino de qualidade em todos os níveis escolares. Vai desde a falta de materiais e de estrutura escolar nas escolas públicas até o teor conteudista de escolas particulares que só ensinam seus alunos como passar nos vestibulares, deixando de lado o principal foco da educação que é o ensino das ciências e a formação de cidadãos.

Em outra ponta, o Poder Executivo precisa entrar em sintonia com o congresso e o Judiciário para tratarem em harmonia sobre questões ambientais urgentes como as mudanças climáticas, perda de biomas e biodiversidade, bem como acabar com o desmatamento das florestas remanescentes e cessar o uso de agrotóxicos. Como fazer isso? Acredito que, por meio de câmaras técnicas permanentes e com participação social, o País poderia avançar na redução dos impactos ambientais negativos e evoluir para uma economia inerente ao século XXI, na qual o desenvolvimento sustentável seja o eixo norteador de todos os processos associados.

E, como uma pessoa otimista que sou, sempre acredito que por volta de 2030 teremos apaziguado as rusgas entre o desenvolvimento econômico e conservação ambiental de nosso País. Cada vez mais as pessoas em maior ou menor grau percebem a necessidade de estarem em ambientes com maior qualidade de vida e, muitas dessas pessoas – ainda que não sejam a maioria –, já começam a perceber que essa escolha passa necessariamente por mudanças de comportamento.

Tenho observado nas ruas uma maior movimentação quanto à reivindicação dos direitos de saúde, educação e segurança, aumento de coleta seletiva, um acréscimo pequeno, mas gradual, de pessoas andando de bicicletas comuns e elétricas, uso de transportes alternativos, caronas solidárias ou até mesmo transitar a pé. Vejo também cada vez mais pessoas preocupadas com a alimentação, consumindo mais produtos locais e muitas vezes de origem orgânica.

Enfim, as mudanças de hábito levam tempo, mas eu vejo com bons olhos o desenrolar de uma nova consciência, mais participativa e preocupada com os rumos de nosso País. Nessa jornada, o que vou levar para o resto da vida é o desenvolvimento de paciência, perseverança e resiliência. Trabalhar na área ambiental é como navegar no mar, nada é certeza absoluta!

Cuntas

Trilhas de Longo Curso são apresentadas na Espanha

Projetos brasileiros, sob a liderança do ICMBio e de parceiros, tiveram importante destaque na Conferência Mundial de Trilhas 2018 (World Trails Conference), que ocorreu no último mês, em Santiago de Compostela, na Espanha. Pedro da Cunha e Menezes, coordenador-geral de Uso Público e Negócios, e Paulo Faria, coordenador de Estruturação da Visitação e Ecoturismo, convidados pelo evento, apresentaram a participantes de 41 diferentes países a Trilha Transcarioca e a Rede Brasileira de Trilhas. "Entre projetos convergentes em todos os cantos do planeta, como Armênia,

Egito, Hungria e Líbano, os projetos brasileiros tiveram destaque pela proposta não ser alicerçada apenas em prover oportunidades recreativas e de geração de negócios locais, mas focada também em conectar áreas protegidas e remanescentes por meio de trilhas e colaborar com os resultados da conservação", afirmou Paulo. O padrão técnico de sinalização utilizado nos projetos brasileiros também se destacou, com as pegadas amarelas e pretas apresentadas pelo "Manual de Sinalização de Trilhas", publicado neste ano, gerando grande interesse de projetos internacionais.



Trilha Transcarioca

Universidade realiza monitoramento da biodiversidade no Arquipélago dos Alcatrazes

No período de 1º a 3 de outubro, o Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes e a Estação Ecológica Tupinambás (SP) receberam a equipe do Laboratório de Ecologia e Conservação Marinha da Universidade Federal de São Paulo (LABECMar-Unifesp) para mais uma campanha de monitoramento da biodiversidade marinha nas unidades. O grupo de pesquisadores, em parceria com a equipe do ICMbio, realiza um projeto de monitoramento da biodiversidade marinha do Arquipélago dos Alcatrazes desde 2015. O projeto é importante para as unidades já que o Refúgio de Alcatrazes passará a receber visitantes praticantes de mergulho livre e autônomo em breve. O projeto já realizou 252 censos visuais de peixes e obteve cerca de mil fotografias para avaliar a cobertura dos organismos que vivem associados aos recifes rochosos em oito pontos da Ilha de Alcatrazes, sendo que sete deles serão em breve abertos à visitação pública. A equipe também instalou em um ponto da estação ecológica um dispositivo de monitoramento passivo de contaminantes orgânicos persistentes. A expedição científica foi realizada com o apoio do Instituto Linha D'água.



Cepta participa de apresentação sobre conversão de multas

Analistas ambientais do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais (Cepta) participaram, no dia 5 de outubro, da apresentação “Mecanismos de fomento com ênfase na conversão de multas”, ministrada por Ana Beatriz Oliveira, analista ambiental da área de Projetos Especiais do Ibama. O objetivo foi apresentar aos servidores do centro informações sobre a possibilidade de acessar recursos de conversão de multas e de fundos ambientais. Ana Beatriz explicou quais itens podem compor um projeto – passando por materiais de consumo, diárias e materiais permanentes – e como se dá a prestação de serviços de terceiros dentro de uma proposta. Ela citou, ainda, que recursos

financeiros oriundos de compensação ambiental podem ser utilizados em diversas ações dos planos de ação nacional para a conservação de espécies ameaçadas coordenados pelo ICMBio. “Na submissão de propostas aos fundos ambientais, o aspecto social de uma comunidade atingida por algum dano deverá ser contemplado sempre”, observou Ana Beatriz. A analista ambiental Izabel Boock, do Cepta, ressaltou: “A palestra foi muito importante porque nos ensinou os mecanismos de conversão de multa que serão implementados pelo Ibama, nos apresentou várias dicas sobre elaboração de propostas para financiamento e fontes financeiras diversas que os servidores desconheciam”.

Flona de Paraopeba realiza Encontro Cultural e Ecológico

A Floresta Nacional de Paraopeba (MG) realizou, em setembro, o IV Encontro Cultural e Ecológico – Festival da Primavera. O evento aconteceu na sede da unidade e destacou a importância de preservar, valorizar e conhecer às unidades de conservação. O encontro contou com apresentações artísticas, musicais, declamação de poesias, contos, vídeos institucionais do ICMBio e comidas típicas da região. Aproximadamente 185 pessoas participaram das atividades, incluindo alunos do Ensino Fundamental ao Superior, a comunidade de Paraopeba e moradores do entorno. Para Vilma Moreira, técnica ambiental da unidade, o evento superou as expectativas e hoje faz parte do calendário municipal de eventos culturais da cidade. “Foi um

grande sucesso. Conseguimos despertar o desejo das instituições em participar do Conselho Consultivo da Flona. Com isso, obtemos ajuda na preservação, parcerias com os poderes Executivo Municipal e Judiciário e com a Comarca de Paraopeba, além de obter maior envolvimento com a comunidade escolar. A equipe administrativa se sente realizada e com a missão de dever cumprido. Realizamos o nosso papel em defesa do meio ambiente”, conclui Vilma. O evento foi realizado em parceria com o Conselho Consultivo da floresta nacional, as secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e de Educação, a Diretoria de Cultura e a organização Amigos da Flona.



Acervo Flona de Paraopeba



Evento move a sociedade de Cambará do Sul

Os parques nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral (SC/RS) foram um dos temas tratados durante o evento “Café com Mistura - Encontros Cambaraenses”. Na iniciativa da Secretaria Municipal de Turismo e da Emater/RS, Fábio Vellozo, chefe do NGI Aparados da Serra Geral, foi convidado para uma apresentação sobre as unidades de conservação (UCs). Com o auditório lotado, o encontro evidenciou a importância de a comunidade e os parques trabalharem juntos.

Fábio, que contou com a presença da equipe do NGI no evento, falou sobre o valor das UCs para a sociedade e ressaltou a importância da união entre o ICMBio e a comunidade tanto para a ampliação dos resultados da conservação como para o desenvolvimento socioambiental e econômico de toda a região contemplada pelos parques. Ele também frisou que é fundamental que o trade turístico esteja organizado para o bom desenvolvimento econômico regional. Depois da apresentação, o chefe do NGI ouviu as expectativas da sociedade, respondeu às dúvidas, fez esclarecimentos e recebeu sugestões

para a melhoria dos serviços prestados pelos parques. Entre os assuntos de maior destaque e interesse dos participantes, sobressaíram o processo de concessão e a revisão do plano de manejo. “Este foi o primeiro passo para que o trade turístico, a comunidade e as unidades de conservação possam melhorar o relacionamento e trabalhar juntos para um crescimento planejado e sustentável”, afirmou Beatris Isoppo, secretária Municipal de Turismo.

Equipe realiza visita técnica às Ilhas Cagarras

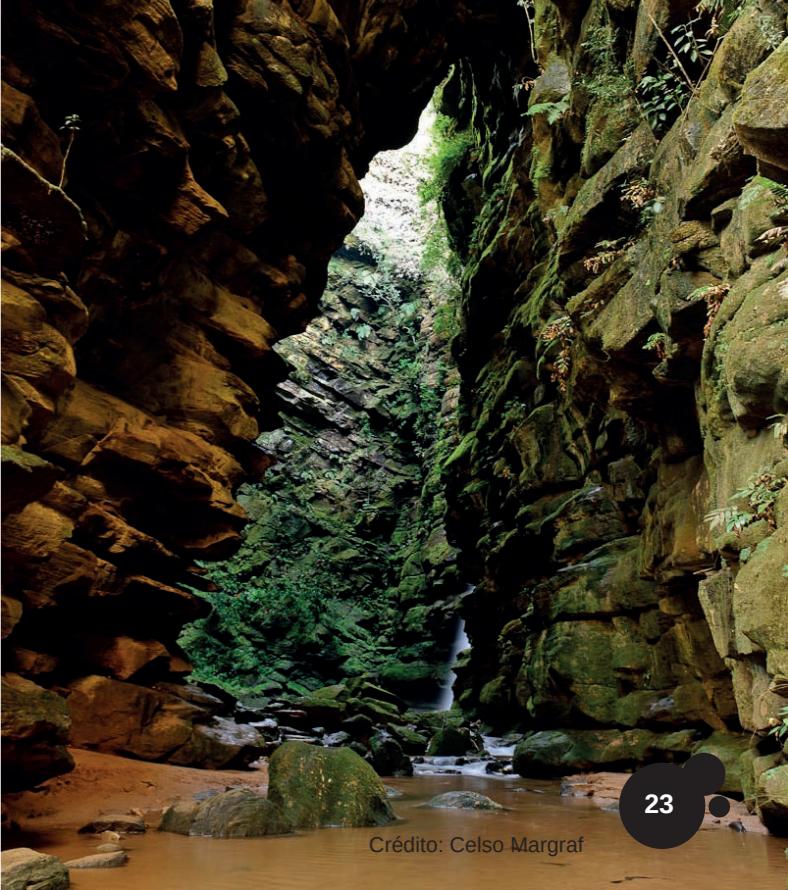
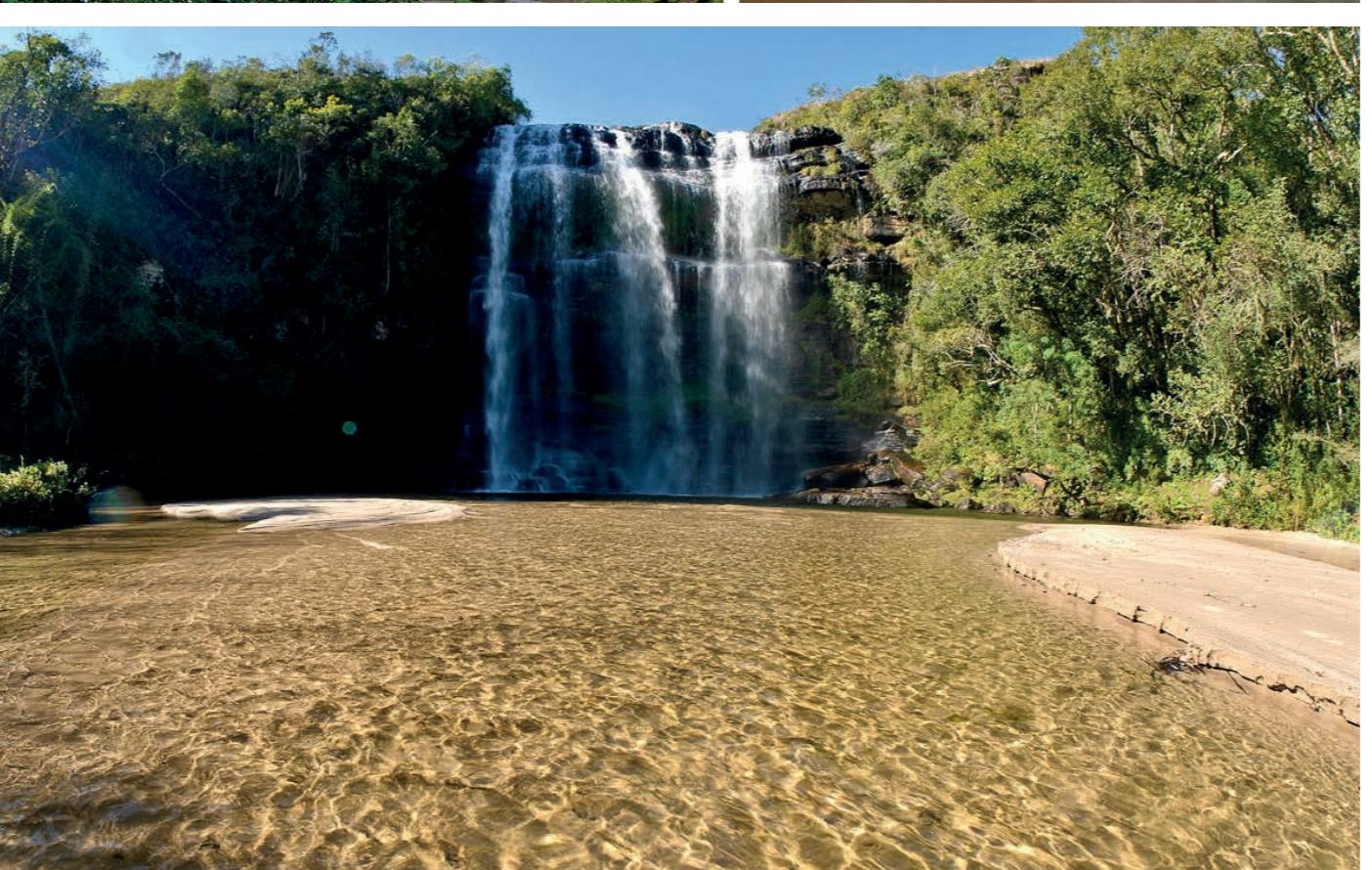
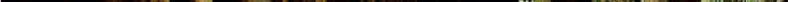
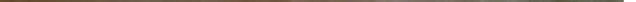
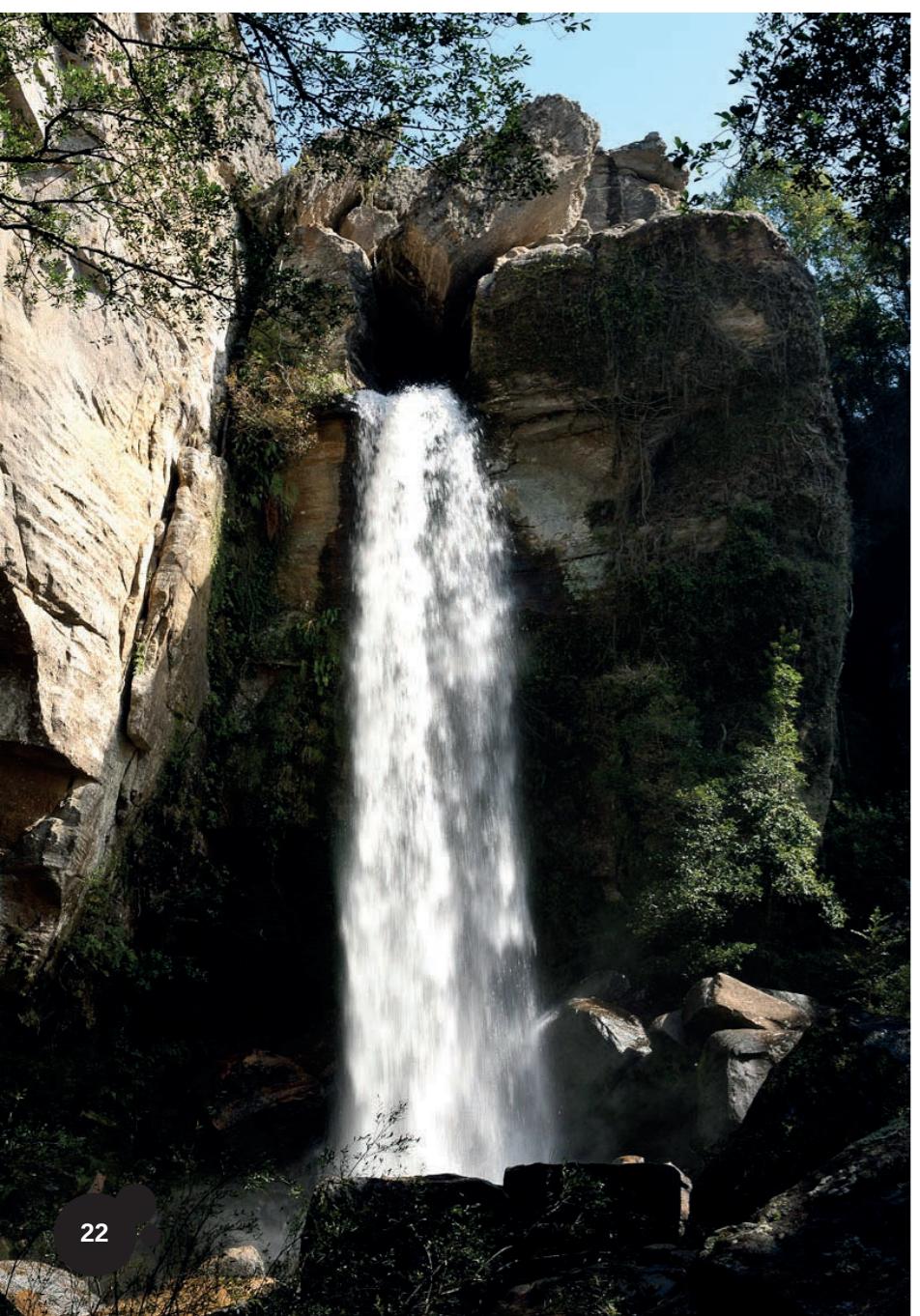
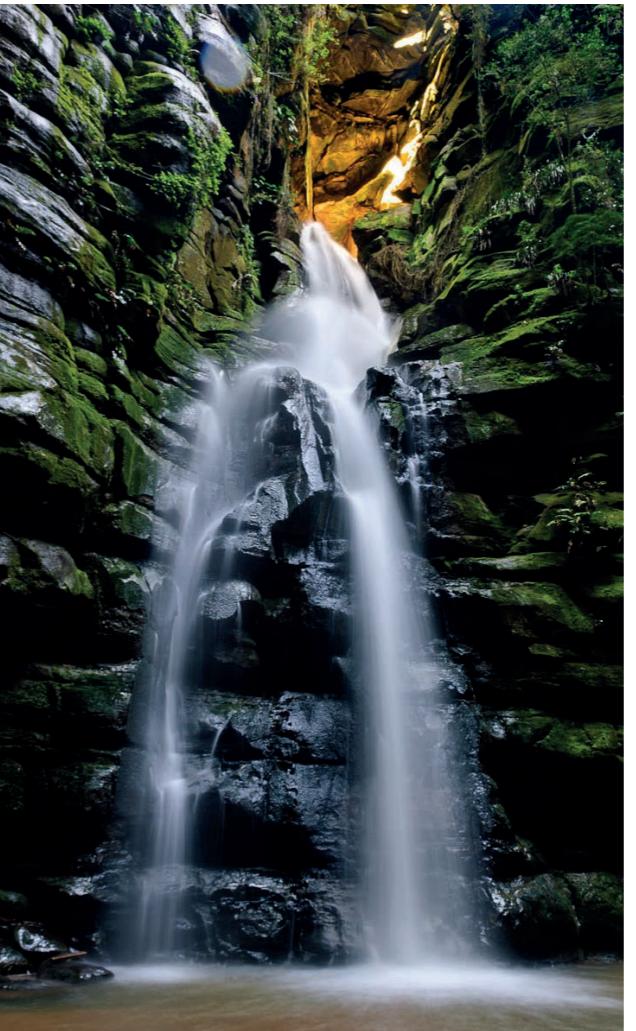
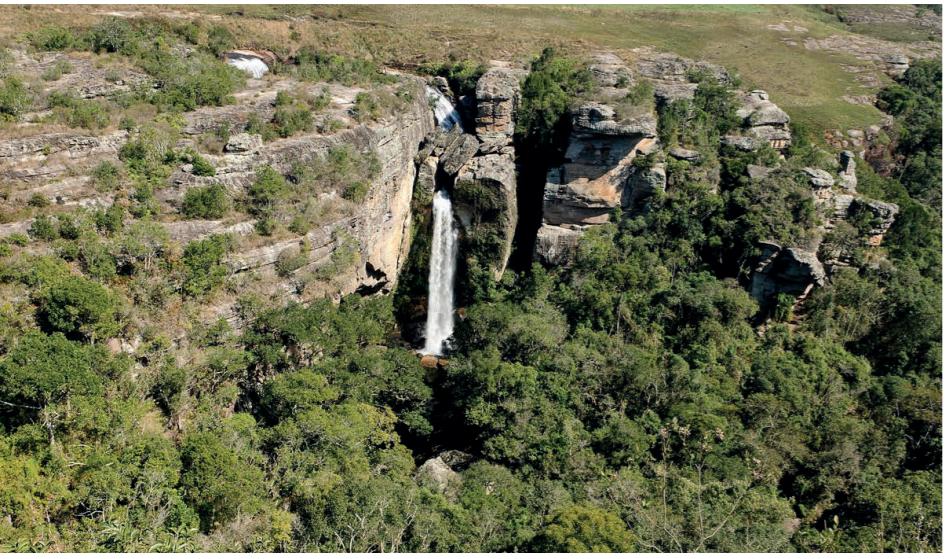
A equipe de planejamento do Plano de Manejo do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras (RJ) realizou na última semana visita técnica à unidade de conservação (UC). Representantes da equipe estendida da Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (Coman), da Coordenação-geral de Uso Público e Negócios (CGEUP), parceiros e colaboradores locais da unidade participaram da visita, momento em que foram percorridos os principais atrativos da unidade e identificados em campo elementos relevantes para o planejamento da UC, que está em fase final da elaboração de seu plano de manejo, e oportunidades de visitação para desenvolvimento de planejamento específico. A visita foi feita com a embarcação recém-contratada por meio do Acordo de

Cooperação firmado entre ICMBio e Funbio para execução dos recursos do TAC Chevron. Fruto de negociações iniciadas em 2016 entre a Coordenação Regional 8, o Ibama e o Ministério Público Federal, os recursos, disponibilizados em junho de 2018, vêm permitindo a implementação de várias ações, bem como a aquisição de equipamentos para a unidade, que até então não contava com embarcação própria. Segundo Tatiana Ribeiro, chefe da UC, os recursos são fundamentais para a execução de ações de alta relevância para a UC, como elaboração do plano de manejo e locação de embarcação, bem como uma série de outras atividades de proteção, capacitação, comunicação e uso público, que serão executadas durante o período de vigência do Acordo de Cooperação.



Acervo MN do Arquipélago das Ilhas Cagarras

Parna dos Campos Gerais (PR)



ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ivanna Brito

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayanne Miranda

Diagramação

Celise Duarte

Chefe da Divisão de Comunicação

Márcia Muchagata

Foto da capa

Acervo Cepene

Colaboraram nesta edição

Carlos Felipe de Andrade Abirached – APA de Cairuçu; Diego da Silva Santos – APA da Costa dos Corais; Edilson Esteves – Parna do Iguaçu; Erick Xavier – ICMBio Rio Paraná; Fábio Vellozo – NGL Aparados da Serra; Glenda Quirino – Flona do Tapirapé-Aquiri; Lúcia Guaraldo – Parna da Furna Feia; Mila Magnago Ferreira – UNA Itaituba; Rogerio Machado – Cepta; Sabina Dessartre Mendonça – Resex Riozinho da Liberdade; Silvia Neri Godoy – ICMBio Alcatrazes; Tatiana Ribeiro – MN do Arquipélago das Ilhas Cagarras; Tatiane Sousa – Ufac; Verônica Ferron – CR11.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 ascomchicomendes@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



@icmbio



facebook.com/icmbio



youtube.com/canalicmbio



@icmbio